

CASA DA PESCA: PROPOSTA DE SALVAGUARDA¹

ANA CELESTE GLÓRIA
Instituto de História da Arte - FCSH/UNL



Fig. 1 - Casa da Pesca, Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal, Oeiras.

Resumo

A Casa da Pesca é um espaço de recreio pertencente a uma das casas nobres mais importantes do século XVIII em Portugal, a Casa Pombal. Situada na Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal em Oeiras, este núcleo apresenta um espólio artístico deveras único entre nós. Constituído por Jardim, Cascata do Taveira, Tanque e Casa da Pesca, nele encontram-se típicas características da arquitectura e arte de jardins desse período, na qual se encontram azulejos e estuques de temática mitológica e piscatória, cujo fabrico e autoria têm sido associados, respectivamente, à Fábrica do Rato e a Giovanni Grossi (1718-1781).

Tendo presente estas características, e o valor histórico-cultural inerente ao espaço, a Casa da Pesca integrou em 1940, a classificação de «Monumento Nacional» dos Jardins e Palácio do Marquês de Pombal,

¹ O artigo que se publica resulta da investigação efectuada no âmbito do trabalho de projecto "Casa da Pesca: Proposta de Valorização e Recuperação" apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 2010, para obtenção do título de Mestre em Património - especialização em Património Artístico

estando desde então abrangida pelo regime de protecção e salvaguarda da actual Lei de Bases de Protecção do Património Cultural n.º107/2001, que não tem sido cumprido já que o monumento se encontra há décadas em estado de abandono e ruína.

A Casa da Pesca revela a cada dia que passa uma urgente necessidade de valorização e recuperação, sendo por isso de reforçar um estudo histórico-artístico e de apresentar uma proposta com vista a sua salvaguarda. Este artigo pretende trazer ao conhecimento público a situação deste monumento, dada a sua importância e, propor uma solução que vise a sua recuperação, conservação e salvaguarda.

1. Localização e enquadramento histórico

Localizada em Oeiras, a Casa da Pesca faz parte de um dos núcleos de recreio da Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal. Esta Quinta é testemunho da arquitectura residencial barroca nos arredores de Lisboa, sendo constituída por um núcleo edificado composto por casa principal, edifícios secundários de apoio ao lazer e às actividades agrícolas². Além deste núcleo destaca-se o terreno agrícola e o jardim, que se dispersam por toda a propriedade, sendo atravessada pela Ribeira da Lage, eixo em torno do qual se desenvolvem os núcleos.



Fig. 2 – Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal, Oeiras.
[A - Mina do Arneiro e Auqduto; B - Casal da Manteiga; C - Casa da Pesca; D - Adega; E -Palácio;
F - Casa dos Bichos da Seda; G - Cascata da Fonte do Ouro; H - Pombal; I - Ribeira da Lage; J - Casa dos Coches
(actual CMO); K - Igreja Matriz]

² Sobre o Palácio e Quinta dos Marquês de Pombal consulte-se: *Memorial histórico ou Colecção de memórias sobre Oeiras: desde o seu prncípio, como lugar e Cabeça de Julgado e depois vila (Com o título de Condado e Cabeça do Concelho)*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1982, 2.º vol. pp.376-377; MECO, José, *Azulejaria no Concelho de Oeiras, O Palácio Pombal e a Casa da Pesca*. - Cadernos da Biblioteca Operária Oeirense, 1982; MECO, José, "O Palácio e a Quinta do Marquês de Pombal, em Oeiras (Algumas notas sobre a arte no tempo de Pombal)" in *Pombal Revisitado*. - Lisboa: ed. Estampa, 1984, 2.ºvol., pp.158-174; DIAS, Rodrigo, *A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal na vila de Oeiras*. - Oeiras: Lisgráfica, 1988; DIAS, Rodrigo, *História e histórias do jardim francês em Portugal - A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal na Vila de Oeiras*. - Oeiras: CMO, 1997; GLÓRIA, Ana Celeste, *Casa da Pesca: proposta de valorização e recuperação*. Trabalho de Projecto do Mestrado em Património Artístico apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009, 1.º vol, pp.6-18.

As origens da propriedade remontam a 1676, quando Sebastião José de Carvalho (-), avô do futuro Marquês de Pombal, adquire um conjunto de terras, que constituíram o embrião da Quinta de Oeiras, o *Morgadio de Oeiras*. Contudo, é com a figura de Paulo de Carvalho e Ataíde (1679-1737), Arcipreste da Patriarcal de Lisboa, e tio do futuro Marquês, que ao herdar o *Morgadio*, a engrandece territorialmente com a aquisição de uma série de terrenos circundantes³ e, inicia obras de melhoramento um pouco por toda a quinta.

Em 1737, quando o Arcipreste morre deixa a continuação das obras a cargo do sobrinho, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), futuro Marquês de Pombal. A construção do Palácio, e a campanha decorativa que se haviam iniciado anos antes ganham novo impulso, sobretudo derivado à união de esforços económicos e políticos dos três irmãos, o herdeiro, Sebastião José de Carvalho e Melo, Francisco Xavier de Mendonça (1701-1769) e Paulo António de Carvalho e Mendonça (1702-1770).

Quanto à autoria do projecto, têm sido atribuída ao arquitecto Carlos Mardel (c.1695-1763)⁴, ainda que as obras se tenham concluído alguns anos após a morte do arquitecto. Porém, não é de afastar a hipótese, pois provavelmente um encarregado terá sido responsável pela conclusão do projecto de Mardel.

Em 1777, após a morte de D. José I e a subida ao trono de D. Maria I, o Marquês de Pombal foi exonerado dos seus cargos, obrigado a abandonar Oeiras e desterrado para Pombal, onde morreu em 1782. Um ano mais tarde, D. Maria I visitou a Quinta, descrevendo-a num minucioso relato⁵ que marcou o último registo vivencial da Quinta.

De facto, só em 1939 voltaremos a ouvir falar da Quinta com grande ênfase, quando os descendentes da família Pombal se desfazem do recheio do palácio e vendem a propriedade a Artur Brandão (1876-1960). Pouco depois o Palácio, Jardim, Casa da Pesca e Cascata foram classificados de Monumento Nacional, por Dec. n.º 30 762, DG 225 de 26 de Setembro de 1940, e Dec. n.º 39175, DG 177 de 17 de Abril de 1953⁶, cujo regime de protecção não impediu a posterior venda da propriedade a dois proprietários, repartindo a Quinta em duas partes. Os terrenos a sul, que incluem o *Palácio* e os *Jardins* anexos foram adquiridos pela Fundação Calouste Gulbenkian⁷, pertencendo actualmente à Câmara Municipal de Oeiras; e a norte, os terrenos agrícolas, com *Abegoaria*, a *Casa da Pesca*, a *Casa dos Bichos da Seda*, e a *Cascata da Fonte do Ouro*, pelo Estado que ali instalou a sede da Estação Agronómica Nacional (EAN; actual Instituto de Inves-

³ Veja-se *O Morgadio de Oeyras*, I e II Tomo, Arquivo Pombalino, Secção de Reservados da Biblioteca Nacional de Portugal, na qual se encontram reunidos os documentos que atestam as inúmeras compras, doações e outros que a família Pombal foi realizando ao longo do tempo.

⁴ José Meco, é um dos autores que atribui a Carlos Mardel a autoria do projecto, referindo-se ao "(...) carácter sóbrio e equilíbrio do conjunto, a depuração ornamental (preferência acentuada por cantarias rusticadas) e o gosto pelas superfícies de suporte curvas, contribuindo para a dignidade e imponência do projecto pela recusa de efeitos pomposos" a justificação por tal atribuição. In MECO, José, "O Palácio e a Quinta do Marquês de Pombal, em Oeiras (Algumas notas sobre a arte no tempo de Pombal)" in *Pombal Revisitado*. - Lisboa: ed. Estampa, 1984, 2.º vol., 1984, vol.II, p.169.

⁵ Neste relato encontra-se ainda uma detalhada descrição da Casa da Pesca. Veja-se "*Relação fiel exacta da visita feita por SS. MM. à Quinta d'Oeiras em 16 de Agosto de 1783*". Redigido pelo Morgado de Oliveira, João de Saldanha e Oliveira. *Avisos Régios 1780-1799*, vol.3, Colecção Pombalina, n.º697, (fls.97-103). Biblioteca Nacional de Portugal, Secção de Reservados (Lisboa). O manuscrito foi transcrito por Teresa Sena in "Reconciliação de D. Maria I com a casa de Oeiras" in *História*. Nº49, Novembro de 1982, pp.12-22.

⁶ Actualmente o processo encontra-se «em vias de classificação», com despacho de abertura de 25 de Outubro de 2006, uma vez que se pretende alargar a classificação a toda a extensão da Quinta.

⁷ No palácio foi instalada a colecção de Calouste Gulbenkian, que mais tarde foi transferida para Lisboa, dando origem ao Museu Calouste Gulbenkian em Lisboa. Com a saída da colecção a Fundação Calouste Gulbenkian cedeu ao Instituto Nacional de Administração o Palácio, que ali instalou a sua sede permanecendo até hoje, todavia já sob a tutela da Câmara Municipal de Oeiras que adquiriu o imóvel e jardins em 2003.

tigação Agronómica -INIA). Esta divisão atribuiu nova designação à Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal: Quinta de Baixo e Quinta de Cima, perdendo-se desde então a leitura original do conjunto.

No que diz respeito à Casa da Pesca, localizada na Quinta de Cima, a aquisição pela EAN só lhe trouxe dissabores, pois, perdida a função original deste recanto de prazer, o espaço foi esquecido e abandonado. A utilização do espaço como creche em 1975⁸, descaracterizou-o da sua função original, e trouxe consigo o alerta da necessidade de salvaguarda do espaço que foi traduzida na proposta da EAN de ali instalar um pequeno museu sobre a história daquela instituição e da investigação agronómica em Portugal⁹. A proposta nunca foi executada tendo-se arrastado ao longo dos anos a situação deplorável e de abandono em que se encontra o conjunto da Casa da Pesca.

2. História e património artístico

A Casa da Pesca, denominação que se têm vindo a utilizar para definir o núcleo em estudo, é um espaço constituído por jardim, cascata, tanque e casa. Situada na antiga Quinta do Taveira¹⁰, o acesso ao núcleo faz-se mediante a passagem dos portões da Rua do Aqueduto e subida da Alameda da Rua dos Loureiros.

Este conjunto, se num primeiro momento esteve relacionado com o recreio das elites, por outro lado prendeu-se com a agricultura, do complexo sistema hidráulico que se estende pelo núcleo e pela Quinta. Neste sentido, este espaço é sem sombra de dúvida um exemplo da arquitectura de recreio do século XVIII, na qual se aliava o recreio à agricultura.

O início da construção do conjunto, terá ocorrido pouco depois da aquisição do terreno, após 1755, tendo continuado até à década de 70 como comprova A “*RELAÇÃO Da despesa que até ao presente se tem feito com a Cascata Taveira*” de 23 de Dezembro de 1769, documento revelado por José Queirós¹¹. Neste documento encontram-se as despesas da construção da Cascata, bem como informações relevantes para o estudo do conjunto, nomeadamente o nome do encarregado das obras, o engenheiro-militar José Monteiro de Carvalho (-1780), certamente o substituto de Carlos Mardel na direcção das obras, e a origem do material utilizado na Cascata, as lajes e pedras, nomeadamente vindas do Murtal e de Santo Amaro de Oeiras.

No que concerne à localização do núcleo, este construiu-se num recanto da encosta do vale e a Oeste da Ribeira da Laje, distribuindo-se por dois patamares: o primeiro, em cota baixa, no qual se situa o *Jardim*; e o segundo, em cota alta, no qual se encontra a *Cascata do Taveira* e a *Casa*.

Actualmente descontextualizado do seu enquadramento original, o *Jardim*, distribui-se por planta rectangular rasgada por três portões na qual se desenham quatro canteiros de buxo, envoltos por grandes árvores. À volta dos canteiros e dando forma ao centro do jardim, dispõem-se quatro bancos semicirculares em cujo centro se dispõe um lago de quatro crescentes e estrela de oito pontas em alusão às armas

⁸ Cf. MECO, José, “A Casa da Pesca e o património artístico de Oeiras: Oeiras e o seu Concelho” in *Jornal da Costa do Sol*. – Cascais, 24 de Julho de 1986, s/p.

⁹ Cf. Of.º 1424, Instituto Nacional de Investigação Agrária, 7 de Novembro de 1983, in DRML 1482 (C.CV/DIV), Arquivo da DGEMN.

¹⁰ Cf. MIRANDA, Jorge, “Quinta do Taveira: Triunfo sobre o esquecimento” in *Jornal da Região - Oeiras*. - Oeiras, 25 de Novembro de 1999, p.7

¹¹ E publicado in “Casas de Portugal, III - Oeiras” in *Terra Portuguesa Revista Ilustrada de Arquitectura, Artística e Ethnografia*. - Nºs 31-32, Janeiro de 1922, pp. 113-126.

heráldicas dos Carvalho. De frente para a entrada do jardim, desenvolve-se uma escadaria de três lances decorada por painéis de azulejos de padronagem pombalina policroma, com alguns acrescentos de um padrão azul do século XIX¹².



Fig. 3 – Jardim da Casa da Pesca.



Fig. 4 – Cascata do Taveira. Oeiras.

A escadaria permite o acesso à **Cascata do Taveira**, onde culmina toda a beleza do conjunto. A cascata é ladeada por um anfiteatro em semicírculo desdobrado em vários panos de grande altura revestidos por dezasseis grandes painéis de azulejo branco e azul-cobalto intenso. Os painéis apresentam formato rectangular e são emoldurados por pequeno friso azul e encimados por ornatos rocaille - concheados e elementos vegetallistas. Os painéis de maior dimensão apresentam cenas mitológicas¹³ e, revelam aproximações iconográficas ao trabalho de dois pintores franceses, Antoine Coypel (1661-1722) e Charles Antoine Coypel (1694-1752), respectivamente pai e filho. Alguns dos painéis derivam iconograficamente da gravura *Vénus sur les Eaux* de

¹² Cf. MECO, José Meco, "Azulejos da Vila e Concelho de Oeiras" in *1.º Encontro de História e Património - Diálogos de Verão 2006-2007*. - Oeiras: Espaço e Memória - Associação Cultural de Oeiras/Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, 2010, p.53.

¹³ Veja-se BAETA, Maria Margarida, *O "Conjunto da Casa da Pesca" – Elementos para o seu programa artístico e iconográfico*. Trabalho final de Licenciatura em Artes Decorativas/Artes Decorativas Portuguesas apresentado à Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo. - Lisboa: 2004, 1.º vol, p.31.

Antoine Coytel (s.d., Secção de Iconografia da Biblioteca Nacional, Lisboa) e de *Persée délivrant Andromède* (s.d, Musée du Louvre, Paris) de Charles Antoine Coytel¹⁴. Estes temas aquáticos, estão ainda presentes, nos painéis de menor dimensão, nos quais estão representadas ninfas, golfinhos, seres e deuses aquáticos, em plena consonância com o espaço e a sua designação, indubitavelmente associados à água¹⁵.

Quanto à origem e autoria dos painéis de azulejos não há dados documentais, todavia José Meco, associa-os à produção inicial da Fábrica do Rato, cerca de 1771, e à obra de Sebastião de Almeida¹⁶.



Fig. 5 – Painel de azulejo da Cascata do Taveira. Oeiras.



Fig. 6 – *Vénus sur les Eaux*, Antoine Coytel, s.d., *Ouvres de Antoine, Charles, et Nicolas Coytel Peintres François [sic] composés de 153 piéces gravés par Audrun, Drevet, Duchange, Desplaces, Tardieu*, 1692–1760, fl. 58, Biblioteca Nacional de Portugal. Pormenor do painel de azulejo.

¹⁴ A mesma gravura já havia sido utilizada na composição azulejar da Escadaria dos Embrechados do Jardim do Palácio, sugerindo a hipótese de ter sido o mesmo artista a realizar estes azulejos e os da Cascata.

¹⁵ Na obra *Retratos de Oeiras* (Oeiras: Pub. DSA., 1994, p.187), coordenada por Mário Crispim e Pedro Vasconcelos Lobo, houve uma interpretação errada do tema, apontando-se para a representação da Ilha dos Amores dos Lusíadas de Luís de Camões, o que numa mera observação se constata que em nada a representação se relaciona com tal hipótese.

¹⁶ Cf. MECO, José Meco, *Op. Cit.*, 2010, p.54.

A **Cascata do Taveira**, ao centro do anfiteatro, apresenta-se em pedra rústica, com quatro níveis de água que é recolhida em taça circular. A Cascata é ainda ladeada por dois nichos, onde estariam as estátuas de Polifemo e Briareu e que hoje se encontram no átrio da entrada principal do Palácio¹⁷.

Frente à cascata, um tanque rectangular alimentado por bica com conjunto escultórico de três golfinhos cujas caudas envolvem uma espécie de arbusto (?) servia para o recreio das elites onde pescavam, conforme o relato de D. Maria I faz referência¹⁸.

Contíguo ao anfiteatro, no sentido sul, localiza-se a **Casa da Pesca**, que dá nome ao conjunto. A casa servia para o repouso e gozo do ambiente de recreio e para guardar os instrumentos da pesca utilizados no tanque. No que toca à sua arquitectura, de grande simplicidade e feição clássica, apresenta fachada marcada verticalmente por duas pilastras, porta e duas janelas no andar superior. A simetria da fachada é somente quebrada pela escadaria de acesso ao segundo piso. O piso inferior, apresenta porta entaipada, desconhecendo-se até hoje a disposição e organização deste mesmo piso.

A ausência de decoração no exterior contrapõe-se ao interior do piso superior de grande riqueza decorativa. Numa pequena sala, as paredes e tecto são decorados por estuque de grande qualidade e motivos alusivos à pesca. Nas paredes, o estuque cor-de-rosa¹⁹, é marcado por molduras definidas por enrolamentos e fitas brancas, sobrepujados por cartelas, oito no total, em cujo interior se encontram composições pictóricas em torno dos temas da fauna marítima e paisagens campestres. A autoria destas cartelas, foram atribuídas por Maria Margarida Baeta, no trabalho já citado, a Jean-Baptiste Pillement (1728-1808) e/ou à sua escola, devido à aproximação das temáticas e à estadia do pintor em Portugal c. de 1780.



Fig. 7 – Interior da Casa da Pesca.

¹⁷ Ainda hoje se desconhece a data e as razões que levaram à ida das estátuas para junto do Palácio.

¹⁸ Veja-se a nota 5.

¹⁹ Numa das paredes, a degradação desprende uma das molduras colocando a nu as cores base, em vez do rosa a cor de fundo seria verde.



Fig. 8 – Pormenor das figuras. Tecto da Casa da Pesca.

Os quatro cantos da sala são igualmente decorados a estuque, sendo marcados por pilastras com capitel compósito, que sustentam a grande sanca de apoio ao nascimento do tecto. Neste, a decoração a estuque é contínua, acompanhando a temática do conjunto, mas com paleta pictórica mais diversificada e em tons suaves – verde, amarelo e azul, sendo as figuras e ornatos a branco.

O tecto desenvolve-se em dois planos, o primeiro, inclinado e sem arestas, contorna toda a sala, e no qual foram esculpidas diversas figuras e elementos decorativos (pescadores, plantas, animais, etc). O segundo plano, de superfície côncava, funciona como um falso lanternim, e apresenta ao centro uma figura marítima que relembra o Tritão/Neptuno.



Fig. 9 – Pormenor de cena central do tecto da Casa da Pesca.

Quanto à autoria dos estuques, tem sido apontado Giovanni Grossi (1718-1781), ainda que sem base documental que comprove esta suposição. A semelhança a outras das suas obras, como a Capela de N. Sra. das Mercês do Palácio desta Quinta, ou o Palácio Pombal, em Lisboa, e às características técnicas (qualidade, perfeição, desenho e cores) que apresentam, permite que se associe a Grossi ou aos seus discípulos o interior da Casa da Pesca²⁰.

²⁰ Veja-se SILVA, Hélia, *Giovanni Grossi e a Evolução dos Estuques Decorativos no Portugal de Setecentos*. Dissertação de tese de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. – Lisboa: 2005, 1.º vol., p.119 e p.155, e 2.º vol., pp.466-473.

A par do estuque, decoram ainda esta sala diversos painéis de azulejos a azul e branco emoldurados por concheados e, que se encontram nos lambris das paredes. As representações são alusivas a cenas marítimas, em consonância com a restante decoração. A fraca qualidade destes painéis, quanto ao seu material, vidro, desenho, expressão, cor, e tom leva a que José Meco sugira tratar-se de uma cópia relativamente moderna de cerca de 1900²¹. Refira-se ainda que os mesmos azulejos, repetem algumas composições do pintor francês Claude Joseph Vernet (1714-1789).

A decoração dos restantes espaços da Casa não revela qualquer preocupação, destacando-se no lambril das paredes das portas de acesso conjunto de painéis de azulejos de padronagem idêntica aos da escadaria da Cascata.

3. Conservação e restauro

3.1 Intervenções e projectos

A classificação da Casa da Pesca e dos restantes espaços da Quinta de Recreio dos Marquês de Pombal, em 1940, integrou-o num regime de protecção e valorização a que todo o património cultural está afecto. Assim, a par do Estado, através de Instituições responsáveis pela salvaguarda e valorização deste tipo de património, cabe ao proprietário do imóvel um conjunto de direitos e deveres especiais descritos no 20.º e 21.º artigo da Lei 107/2001 de 8 de Setembro. Entre eles, o de: “*conservar, cuidar e proteger devidamente o bem, de forma a assegurar a sua integridade e a evitar a sua perda, destruição ou deterioração*”, bem como ainda, “*adequar o destino, o aproveitamento e a utilização do bem à garantia da respectiva conservação*”²². Porém, estes deveres não se têm verificado, e as intervenções de conservação e restauro a que se assistiram desde a classificação foram pontuais como iremos constatar.

A primeira destas intervenções ocorreu em 1946, por parte de Artur Brandão, então proprietário da Quinta. As obras realizadas decorreram um pouco por toda a propriedade, sendo alvo de atenção, os painéis de azulejo da Cascata do Taveira²³.

Mais tarde, a Outubro de 1954, já na posse da EAN, o conjunto sofreu uma série de danos provocados por uma forte tempestade que se havia abatido no concelho. Necessitando de obras que visassem a salvaguarda de todo o espólio, aquela instituição denunciou o caso à Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais, pois era “*(...) urgente fazer uma reparação do telhado e beirado assim como da cimalha do salão que ruiu em parte em consequência das infiltrações das águas pluviais*”²⁴. As obras não foram realizadas, arrastando-se o processo até Maio de 1957, data em que se realizou um novo orçamento para os trabalhos de “*(...) reparação da cimalha do salão, constando da sua reconstrução numa extensão aproximada de cinco metros e reparação geral do telhado e beirado a fim de evitar a entrada das águas pluviais que*

²¹ Cf. MECO, José Meco, *Op. Cit.*, 2010, p.54.

²² Cf. als. b) e c) do n.º1 do 21.º art., da Lei 107/2001 de 8 de Setembro, *Diário da República*, n.º209, p.5812.

²³ Num dos painéis está inclusivamente marcada a data e a fábrica encarregue: Fábrica de Faiança Battistini. Cf. SIMÕES, J. Santos, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. - Lisboa: FCG, 1979, vol.V, p.312.

Refira-se que a primeira de todas as obras de conservação e restauro do conjunto, realizaram-se ainda antes da classificação da Quinta tiveram lugar, segundo José Meco, no final do século XIX. Cf. MECO, José, *Azulejaria no Concelho de Oeiras, O Palácio Pombal e a Casa da Pesca*. - Cadernos da Biblioteca Oeirense, 1982, p.35

²⁴ Of.º2016, 22 de Dezembro de 1954 in *PT DGEMN: DSARH-010/175-0037*, Arquivo da DGEMN.

*contribuíram para a derrocada parcial da dita cimalha*²⁵. Face às propostas, a DGEMN constatou que não poderia custear as obras, atribuindo à EAN, enquanto proprietário, essa função. Por esta mesma razão, as obras foram novamente adiadas já que a EAN acusava igualmente a falta de verbas. Este facto veio agravar o estado de conservação de todo o conjunto, mas sobretudo da Casa que necessitava urgentemente de reparações no telhado, colocando em causa o estado de conservação dos estuques e azulejos.

No início de 1959, a gravidade da conservação do conjunto era cada vez mais notória, reconhecendo a DGEMN a morosidade do processo que se arrastava desde 1954²⁶. Ainda assim, o novo alerta não teve impulso suficiente já que as obras foram novamente adiadas derivado à falta de verbas.

Finalmente em 1961, quando as obras foram inscritas no plano de trabalho anual, elas foram realizadas²⁷. De acordo com as instruções recebidas da repartição técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, Cândido Patuleia recebe a obra de restauro e conservação da Casa da Pesca a realizar no valor de 8.900\$00 e no prazo de 10 dias²⁸. No que diz respeito ao Jardim e Cascata, estes somente foram alvo de limpezas como se pode comprovar pelo registo fotográfico das obras. E só mais tarde, em Dezembro do mesmo ano, se despertava a atenção para a degradação de alguns dos painéis de azulejo da Cascata, pois haviam sido “(...) *atacados por um agente que provoca a sua rápida deterioração*”²⁹. Perante este alerta foi realizada em Fevereiro de 1962 uma vistoria técnica, que constatou a necessidade de se proceder à fixação de parte dos azulejos de um dos painéis a fim de se evitar a sua completa deterioração. Ainda assim, as obras não foram efectuadas de imediato realizando-se muito mais tarde³⁰.

Em 1974, ouvimos falar da Casa da Pesca e da sua conservação, quando se instalou uma creche que colmatou a falta de manutenção do espaço, ainda que para uma função inadequada, sendo alvo de “(...) *brincadeiras da “rapaziada”*” que à data eram vistos “(...) *a divertir-se atirando pedradas aos azulejos*”³¹. Este facto, fez com que a EAN ponderasse uma utilização condigna, como um museu, sem que nunca se viesse a concretizar. No seguimento desta proposta, foram realizadas uma série de obras de recuperação e conservação que abrangeram todo o conjunto, entre as quais, a limpeza do jardim, demolição de árvores, limpeza da Cascata e sua envolvência, reparação de muros, levantamento e reposição de dois painéis de azulejos, reparação do telhado da Casa, entre outros³². A estes trabalhos, seguiram-se os de restauro e consolidação dos estuques do tecto da Casa, que só se realizaram mediante a visita de técnicos da DGEMN a 29 de Junho de 1984³³. Também aqui, por motivo de falta de verbas, a DGEMN não efectuou de

²⁵ MEMÓRIA: *Casa da Pesca da Quinta do Marquês em Oeiras: reparação da cimalha e telhado*, 1.ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 29 de Maio de 1957, Arquivo da DGEMN.

²⁶ “Os trabalhos a realizar que são de urgente execução, destinam-se a melhorar o estado precário de conservação da Casa da Pesca, o qual se vêem agravando desde que foram solicitados pela primeira vez, obras em Outubro de 1954”. In “MEMÓRIA: Casa da Pesca da Quinta do Marquês em Oeiras: Obras de Conservação”, 1.ª Secção da Repartição Técnica da Direcção dos Serviços dos Monumentos Nacionais, 11 de Março de 1959, Arquivo da DGEMN.

²⁷ Cf. o documento comprovativo da vistoria e medição dos trabalhos a 18 de Maio de 1961, Processo não digitalizado, in *DRML 1482 (CCV/DIV.)*, Arquivo da DGEMN.

²⁸ Of.º 335, 19 de Abril de 1961, Processo não digitalizado, in *DRML 1482 (CCV/DIV.)*, Arquivo da DGEMN.

²⁹ In Of.º 2737, Direcção dos Serviços Agrícolas, 20 de Dezembro de 1961, Arquivo da DGEMN.

³⁰ Of.º 463, de 24 de Abril de 1962 e Of.º 2947 de 1 de Maio de 1962, Arquivo da DGEMN.

³¹ MECO, José, *Op. Cit.*, 1982, p.35.

³² Instituto Nacional de Investigação Agrária, 19 de Março de 1984, in *DRML 1482 (C.CV/DIV.)*, Arquivo da DGEMN.

³³ Of.º 946/ML, 9 de Abril de 1984, in *DRML 1482 (C.CV/DIV.)*, Arquivo da DGEMN.

imediatamente as obras colocando-as à responsabilidade da EAN, agora com nova designação, o INIA. Porém, o proprietário do conjunto não se pronunciou e até hoje não se observaram quaisquer obras³⁴.

O abandono e a falta de manutenção para a conservação deste espólio artístico foi em Dezembro de 2003, verificada durante uma visita do IPPAR que avaliou o avançado estado de degradação, nomeadamente dos painéis de azulejo, e em especial dos estuques, dado o enfraquecimento da estrutura de madeira causado pelas infiltrações de água, acrescido da falta de janelas.

Um ano mais tarde, uma nova visita da qual participaram os técnicos do IPPAR e os responsáveis do INIA, levou à realização de um diagnóstico da situação e à elaboração de um projecto de recuperação e apuramento dos respectivos custos³⁵. Para tal, reuniram-se todos os envolvidos, bem como consultores externos, com o objectivo de elaborarem um relatório de trabalhos de recuperação e conservação³⁶. Deste relatório constam a metodologia, o faseamento dos trabalhos e as estimativas de custos, que consideravam-se ser um trabalho interdisciplinar que deveria “*ser integrado no âmbito da recuperação da quinta e do palácio garantindo a sua fruição como meio de conservação auxiliado por uma sistemática manutenção dos elementos vegetais da envolvente*”³⁷. Neste sentido, na 1.ª fase de trabalhos, estava previsto a montagem de uma cobertura provisória que evitasse o risco de desabamento dos estuques e pinturas da Casa da Pesca e que nunca foram realizadas,.

No seguimento destes alertas e pontuais intervenções, surgiram ao longo do tempo alguns estudos e projectos que salientaram o estado de conservação da Casa da Pesca, propondo inclusive algumas soluções. O primeiro desses projectos, surgiu em 1985, designado o “*Estudo de Recuperação e Ordenamento paisagístico da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal - Oeiras*”³⁸. Elaborado pelo arquitecto Rodrigo Dias, para os Serviços de Planeamento da CMO, este estudo salienta a importância da Quinta na organização urbanística de Oeiras, propondo retomar essa relação, apenas possível através da recuperação paisagística e arquitectónica, e criação de acessos para o usufruto público. Com esta proposta, a Casa da Pesca seria privilegiada dada a sua ligação directa com o centro de Oeiras através da Rua do Aqueduto/Alameda dos Loureiros. Este estudo não obteve qualquer resultado prático, surgindo por isso em 1998, um novo projecto da autoria do mesmo arquitecto, designado “*Plano de ordenamento da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal*”³⁹. Retomaram-se as mesmas medidas de intervenção e recuperação já propostas, ainda que num plano mais alargado, prevendo-se a criação de um Parque Temático organizado por zonas e oito núcleos temáticos culturais, recreativos e gastronómicos, que se distribuiriam pelos núcleos de recreio da Quinta. A Casa da Pesca enquadrava-se na zona *Jardim Histórico e Palácio Pombal*, cujo núcleo temático correspondente era a caça e a pesca, em torno dos quais se iriam desenvolver uma série de actividades relacionadas

³⁴ Tal facto, originou inclusive um requerimento dirigido ao Presidente da República por parte de um deputado do PCP, Jorge Lemos, a solicitar informações sobre as medidas previstas que permitissem a recuperação e conservação da Casa da Pesca. In “Requerimento n.º262/IV”, 6 de Novembro de 1986, in *DRML 1482 (C.CV/DIV)*, Arquivo da DGEMN.

³⁵ Of.º do Processo não digitalizado, in *DREL/Gabinetes 0450/1*, Arquivo da DGEMN.

³⁶ Infelizmente o relatório não foi encontrado, e só se tomou conhecido dele derivado à sua menção no Of.º766/ML, 24 de Outubro de 2005, in *DRML 1482 (C.CV/DIV)*, Arquivo da DGEMN.

³⁷ In Of.º766/ML, 24 de Outubro de 2005, in *DRML 1482 (C.CV/DIV)*, Arquivo da DGEMN.

³⁸ DIAS, Rodrigo, “Estudo de Recuperação arquitectónica e Paisagística do Núcleo Antigo de Oeiras – Revitalização da “Casa da Pesca” e sua ligação ao Núcleo Antigo da Vila” in Revista Municipal. - Oeiras: N.º10, Maio/Junho/Julho/Agosto, 1985, pp.7-9

³⁹ DIAS, Rodrigo, *Plano de ordenamento da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal*. – Departamento e Gestão Urbanística – CMO, 1998.

com a utilização prevista do conjunto: restaurante, casa de chá, esplanada, e/ou praça de espectáculos de música ao vivo e de exposições. Das soluções apresentadas, apenas a realização de espectáculos musicais se verificou, derivado ao protocolo da INIA/CMO que previa a utilização do espaço pelo município.

Na sequência daquele plano, foi apresentado em 2007, o “*Plano Estratégico para o Parque Temático Marquês de Pombal - proposta de intervenção*”⁴⁰, que acabou por repetir as mesmas propostas de revitalização e recuperação, indo mais longe ao estabelecer um período de execução das medidas de intervenção segundo fases e acções a ocorrer entre 2009 e 2017. Dos projectos apresentados, salientamos este, que pela primeira vez demonstra a vontade de colaboração conjunta das entidades envolvidas na Quinta do Marquês, CMO/INIA, em elaborar um projecto de intervenção e recuperação do património que as une. Apesar desse interesse, este projecto não chegou a ser executado, derivado à incompatibilidade de ambas as partes em chegarem a um acordo plausível.

Os alertas de degradação, as pontuais obras de conservação e restauro e os projectos de salvaguarda elaborados, mas nunca realizados, acabaram por contribuir para o estado actual do conjunto, uma vez que muitos dos problemas persistiram ao longo do tempo como se poderá verificar.

3.2 Estado actual

Apesar do aparato artístico que todo o núcleo da Casa da Pesca revela, o estado actual de conservação é deplorável. O Jardim encontra-se completamente descaracterizado da sua feição original, uma vez que a vegetação e as árvores crescem sem qualquer controlo, manutenção e limpeza. As folhas secas e o lixo vão-se acumulando um pouco por toda a parte, impossibilitando muitas vezes a circulação pelo mesmo.

A Cascata e Tanque encontram-se desactivadas e sem qualquer função, apresentando a primeira alguma vegetação que vai cobrindo a pedra que suportava a queda de água, e o segundo repleto de água e lixo, encontra-se entupido fazendo transbordar a água para fora, alagando todo o patamar e impedindo a circulação à sua volta.

Os painéis de azulejo do anfiteatro, dos muretes e da escadaria apresentam falhas e fissuras, derivados à falta de conservação e restauro, mas sobretudo das raízes das árvores que irrompem pelos muros causando o desprendimento dos azulejos e infiltrações. Por outro lado, o vandalismo crescente que se assiste um pouco por toda a Quinta, nomeadamente com *graffitis* contribui para a degradação.



Fig. 10 – Pormenor de painel de azulejo da Cascata do Taveira, e pormenor do tecto da Casa da Pesca.

⁴⁰ Veja-se DIAS, Rodrigo Alves, “Parque Temático Marquês de Pombal – Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal” in *1.º Encontro de História e Património - Diálogos de Verão 2006-2007*. - Oeiras: Espaço e Memória - Associação Cultural de Oeiras/Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, 2010, pp.233-243.

Na Casa da Pesca, parece residir o maior problema de degradação, pois não apresenta janelas, e a estrutura do telhado está de tal modo degradada que muitas das figuras e argamassa já caíram, criando grandes zonas onde o estuque já não existe. Este facto é ainda agravado pelas constantes infiltrações que contribuem para a instabilidade de toda a estrutura do tecto e paredes, que vão revelando cada vez mais fendas e fissuras.

Derivado ao estado actual de conservação torna-se necessária a elaboração de uma proposta de salvaguarda que evite a perda iminente deste riquíssimo património.

Proposta de salvaguarda

A elaboração da proposta de salvaguarda têm como principal objectivo apresentar uma solução que valorize e recupere todos os elementos construídos que integram a definição da Casa da Pesca – Jardim, Cascata e Tanque e Casa. Pretende-se com esta proposta, a reutilização do conjunto para usufruto público através de animação cultural e turística.

O principal ponto de partida da concepção da proposta partiu da elaboração de um pequeno estudo histórico-artístico, que inclui um breve apontamento sobre as intervenções de conservação e restauro já realizadas, e uma referência aos planos e projectos propostos, como foi apresentado anteriormente.

Em segundo lugar, atendeu-se às referências legais, expressas por cartas e diplomas referentes ao património arquitectónico e paisagístico, nas quais se encontram definições e orientações para a salvaguarda, protecção, e conservação do património cultural, como é exemplo o núcleo de recreio apresentado. São relevantes para o efeito, em contexto nacional, a Lei de Bases de protecção do Património cultural n.º 107/2001 de 8 de Setembro e o *“Regulamento do Plano de Salvaguarda do Património Construído e Ambiental do Concelho de Oeiras”*⁴¹; e em contexto internacional, a *Carta de Florença sobre a Salvaguarda dos Jardins* (1981, ICOMOS); a *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa* (1985, Conselho da Europa); a *Carta de Cracóvia sobre os Princípios de Conservação e o Restauro do Património Construído* (2000)⁴²; e a *Convenção quadro do conselho da Europa relativa ao valor do património cultural para a sociedade* (Faro, 2005), entre outras.

Não havendo espaço para relembrar e citar todas as definições, relembramos a de «património» em contexto nacional, correspondendo a todos “ (...) os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização” e que reflectam “(...) valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”⁴³, sendo por isso necessária a sua salvaguarda e protecção.

Na mesma lei, no art.º 70, encontram-se referidas as componentes do regime de valorização, através da “a) A conservação preventiva e programada; b) A pesquisa e a investigação; c) A protecção e valorização da paisagem e a instituição de novas e adequadas formas de tutela dos bens culturais e naturais,

⁴¹ Publicado no *Diário da República*, n.º67, 2.ª Série, Apêndice n.º 36/2004, 19 de Março, pp.73-76.

Além destes teve-se presente o Decreto-Lei n.º140/2009 de 15 de Junho sobre a introdução de mecanismos de controlo e responsabilização de obras e intervenções no património cultural.

⁴² Além destas foram tidas em conta outras cartas e diplomas: o “Regulamento do Plano Director Municipal” in *Diário da República*, n.º68, I - B Série, 22 de Março de 1994, pp.1412-1423; a *Carta de Atenas sobre o Restauro de Monumentos* (1931); e a *Carta de Veneza sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios* (1964).

⁴³ N.ºs 1 e 3 do Art.º2 da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro, *Diário da República*, n.º209, I Série, p.5808.

*designadamente os centros históricos, conjuntos urbanos e rurais, jardins históricos e sítios; d) O acesso e a fruição; e) A formação; f) A divulgação, sensibilização e animação; g) O crescimento e o enriquecimento; h) O apoio à criação cultural; i) A utilização, o aproveitamento, a rendibilização e a gestão; j) O apoio a instituições técnicas e científicas*⁴⁴. Estas componentes, como já se verificou anteriormente, nunca foram efectivamente utilizadas na valorização do conjunto, excluindo-se no entanto as poucas obras de recuperação e restauro realizadas na década de 60. Por outro lado, salienta-se que o acesso, a fruição e a utilização, expressa nas alíneas d) e i), se verificam pontualmente, através do contacto e prévia autorização da INIA para a visita do espaço. Quanto à utilização, conforme referido anteriormente, assistiu-se até ao ano passado à utilização da Cascata do Taveira para espectáculos de música ao vivo.

Para a concretização das componentes de valorização, o art.º 71 da mesma lei, faz referência aos instrumentos a utilizar. São eles: “(...): a) *O inventário geral do património cultural; b) Os instrumentos de gestão territorial; c) Os parques arqueológicos; d) Os programas e projectos de apoio à musealização, exposição e depósito temporário de bens e espólios; e) Os programas de apoio às formas de utilização originária, tradicional ou natural dos bens; f) Os regimes de acesso, nomeadamente a visita pública e as colecções visitáveis; g) Os programas e projectos de divulgação, sensibilização e animação; h) Os programas de formação específica e contratualizada; i) Os programas de voluntariado; j) Os programas de apoio à acção educativa; l) Os programas de aproveitamento turístico; m) Os planos e programas de aquisição e permuta*”. Destas, as alíneas a) e f) já foram utilizadas pois, no que toca ao inventário, a DGEMN e IPPAR já o realizaram há muito e, quanto ao regime de acesso à Casa da Pesca, não há qualquer tipo de restrição.

Face a estas indicações, e sendo principal objectivo da proposta devolver a Casa da Pesca ao usufruto público, para que este goze do conjunto, mas também da própria quinta retomando a leitura original de todo o espaço, propõe-se uma solução com vista à fruição do conjunto, através da instalação de um Centro de Acolhimento e Interpretação⁴⁵. Esta escolha, prende-se com o facto de cada vez mais este tipo de estrutura se assumir como um espaço que tenta estabelecer um elo de ligação profundo entre o público e o património. O centro interpretativo é, tal como o museu, uma ferramenta conceptual e prática que permite estabelecer vínculos afectivos, educativos, lúdicos e identitários entre o património e a sociedade. Porém, vai mais longe no processo de mediação património/interpretação/visitante, uma vez que tem essa tarefa central de vincular o património à sociedade, e sobretudo relacionar o monumento com o território em que ele se encontra, interpretando-o⁴⁶. Esse processo de mediação têm várias fases:

- fundamentar a apresentação do monumento através do conhecimento técnico-científico rigoroso transmitindo a informação essencial sobre o monumento e o seu contexto territorial (*Casa da Pesca/Quinta do Marquês de Pombal/Oeiras*);
- focalizar a apresentação de acordo com um tema-chave que possa particularizar o monumento (*pesca/caça/ ...*, já referidos nos projectos e planos de salvaguarda da Quinta dos Marqueses de Pombal);
- adoptar uma filosofia de intervenção que valorize a autenticidade do monumento e que se articule fisicamente e visualmente com qualquer obra nova;

⁴⁴ Art.º70 da Lei 107/2001 de 8 de Setembro, *Diário da República* n.º209, I Série, p.5820.

⁴⁵ Afasta-se aqui a hipótese de um museu, em virtude do espaço em questão. Pois trata-se de um espaço muito pequeno e sem condições para instalar um museu. Por outro lado, a construção de um museu pressupunha a existência de uma colecção, algo que não existe no Concelho.

⁴⁶ Sobre o vínculo património/sociedade consulte-se MARTÍN, Morales, “Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedad – reflexiones críticas sobre el Interpretación del Patrimonio” in *Património. Estudos*. – Lisboa: IPPAR, n.º1, 2001, pp.25-37.

- introduzir valores de modernidade, caso se verifique a necessidade de novas construções que se prendam com a recepção e o acolhimento do público, ou, caso seja possível, reutilizar alguns dos edifícios pré-existentes para esse fim (*Casa da Pesca/WC/ antigo Refeitório da EAN/...*);

- e inserir novos recursos patrimoniais de proximidade, ultrapassando o mero roteiro temático estático (*recursos digitais/animação no local/ ...*)⁴⁷.

Todavia, a proposta de recuperar a Casa da Pesca convertendo-a num Centro de Interpretação, só se poderá concretizar com a realização de um conjunto de obras de carácter específico e/ou geral, que permitam a instalação de tal solução, e só então se poderá pensar na sua abertura, programação, divulgação e usufruto de todo o núcleo. Para o efeito, deverá ser elaborado um relatório prévio, na qual se encontrem descritas as obras ou intervenções necessárias com vista à recuperação e futura conservação, estando subjacentes os princípios de integridade e autenticidade do conjunto cultural⁴⁸.

A elaboração do relatório de obras permitirá dar a conhecer as estruturas do conjunto, nomeadamente o piso inferior da Casa, que se desconhece até hoje, além de projectar alguns dos espaços do Centro de Interpretação, como a recepção, WC's e acessos⁴⁹.

Além da projecção dos espaços que constituem o Centro, deverá ser privilegiada a gestão do espaço em virtude dos principais interesses que é o de devolver a Casa da Pesca ao usufruto público. A gestão deste espaço coloca muitas questões, entre elas, a hipótese de aquisição do imóvel pela CMO, que poderia, assim, gerir o centro interpretativo. De facto, faria todo o sentido que esta entidade viesse a possuir a Quinta de Cima ou até uma pequena parte, uma vez que, já na posse da Quinta de Baixo, reunificaria toda a Quinta e permitiria aos visitantes usufruir deste vasto património cultural e paisagístico. Porém, a CMO não possui verbas para a compra nem a INIA se demonstra interessada na venda, pelo que deveria ser proposta uma possível parceria entre as duas instituições.

Para o usufruto público, deveriam ser criados acessos e parques de estacionamento, aproveitando-se o já construído parque de estacionamento do INIA ou construindo-se um novo, junto do Pombal, tal como sugerido no último projecto. Agregado aos acessos deveria ser criada uma sinalética com a indicação da Casa da Pesca, a par de outra relevante para a valorização de das restantes estruturas da Quinta de Re-creio dos Marqueses de Pombal.

O acesso à Casa da Pesca deveria ainda ser articulado com o horário dos Jardins do Palácio, para que a visita à Casa da Pesca se estendesse a toda a Quinta. Essa articulação passaria pela colocação de guardas e/ou seguranças em pontos estratégicos do conjunto, a fim de controlarem a entrada, a circulação e/ou saída dos visitantes.

No que toca às actividades a desenvolver deveriam ser realizadas em torno da Quinta e Casa da Pesca com a realização de visitas guiadas e actividades pedagógicas centradas na época e no conteúdo histórico-artístico do conjunto, podendo ser explorada a temática da pesca, através da reconstituição da visita de D. Maria I, jogos e outros.

⁴⁷ Estes critérios foram recolhidos e readaptados ao nosso caso de estudo, partir da leitura dos critérios das estruturas de acolhimento e interpretação desenvolvidos durante o Programa Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve descritos no artigo "Estruturas de Acolhimento e Interpretação - programas Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve" in *Património. Estudos*, n.º1, 2001, pp.43-45.

⁴⁸ Veja-se Dec.-Lei n.º140/2009, publicado no *Diário da República*, n.º 113, 1.ª Serie de 15 de Junho de 2009, pp.3653-3659.

⁴⁹ Nomeadamente, construção de rampas e elevadores para os visitantes com necessidades especiais.

Para a divulgação deste património, seria ainda fundamental agregar ao centro de acolhimento uma loja, na qual estaria disponível um conjunto de produtos informativos e de marketing (folhetos, monografias, postais, canetas, e outros) que de alguma forma divulgassem não só o património da Casa da Pesca mas como o de toda a Quinta, como já acontece no Posto de Turismo.

Por fim, poderia pensar-se eventualmente em cobrar um bilhete a preço reduzido, cujo montante serviria para a manutenção e conservação da Casa da Pesca.

Conclusão

A proposta de salvaguarda que se elaborou vai de encontro à necessidade de recuperar todo o núcleo da Casa da Pesca, manifestada desde à muito por inúmeros alertas e estudos que alertaram para a crescente degradação do espaço que se tem arrastado ao longo dos anos.

Esta proposta procura num primeiro momento valorizar o espaço em questão, através de um estudo histórico-artístico da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal e da própria Casa da Pesca. Num segundo momento, aludiu-se à necessidade de recuperação do conjunto, através de um breve histórico de obras de conservação e restauro, planos e projectos elaborados, e por fim, ao estado de conservação actual que permitiu justificar a proposta de salvaguarda.

Por outro lado, foi imperativo na elaboração da proposta, o objectivo de devolver ao público este espaço de valor patrimonial nacional, à muito esquecido. Ao propor-se o Centro de Acolhimento e de Interpretação, pretende-se privilegiar a relação da sociedade com o património, permitindo a fruição e livre acesso à Casa da Pesca, mas sobretudo trazer ao conhecimento público este espaço de valor histórico e cultural. De algum modo, pretende-se ainda retomar a relação deste espaço com toda a Quinta através da leitura original da propriedade à muito perdida.

A seu tempo, espera-se que com este novo alerta expressado nesta possível proposta de salvaguarda, o proprietário ou as entidades responsáveis pelo património, tomem uma atitude a fim de salvaguardar e proteger o referido imóvel classificado de Monumento Nacional, cuja ruína se advinha eminente.

Fontes:

Morgado de Oeyras, Tomos I, II, III, IV (2vols.) e V, Arquivo Pombalino. Secção de Reservados, Biblioteca Nacional de Portugal

Processos de Obras: Casa da Pesca e Palácio dos Marqueses de Pombal (1961-2004). Arquivo da DGEM, Forte de Sacavém

Processo da Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal. 3 vols. Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo, Lisboa

Bibliografia

- BAETA, Maria Margarida, *O "Conjunto da Casa da Pesca" - Elementos para o seu programa artístico e iconográfico*. Trabalho final de Licenciatura em Artes Decorativas/Artes Decorativas Portuguesas apresentado à Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo Espírito Santo. - Lisboa: 2004, 3vols.
- DIAS, Rodrigo Alves, *A Quinta de Recreio do Marquês de Pombal*. - Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras, 1987
- DIAS, Rodrigo Alves, "Parque Temático Marquês de Pombal – Quinta de Recreio dos Marqueses de Pombal" in *1.º Encontro de História e Património - Diálogos de Verão 2006-2007*. - Oeiras: Espaço e Memória - Associação Cultural de Oeiras/Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, 2010, pp.233-243
- DIAS, Rodrigo, "Estudo de Recuperação arquitectónica e Paisagística do Núcleo Antigo de Oeiras - Revitalização da "Casa da Pesca" e sua ligação ao Núcleo Antigo da Vila" in *Revista Municipal*. - Oeiras: N.º10, Maio/Junho/Julho/Agosto, 1985, p.7-9
- GLÓRIA, Ana Celeste, *Casa da Pesca: proposta de valorização e recuperação*. Trabalho de projecto do Mestrado em Património Artístico apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. - Lisboa: 2009, 2 vols.
- LOPES, Flávio; CORREIA, Miguel Brito, *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. - Lisboa: Livros Horizonte, 2004
- MECO, José, "A Casa da Pesca e o património artístico de Oeiras: Oeiras e o seu Concelho" in *Jornal da Costa do Sol*. - Cascais, 24 de Julho de 1986
- MECO, José, "O Palácio e a Quinta do Marquês de Pombal, em Oeiras (Algumas notas sobre a arte no tempo de Pombal)" in *Pombal Revisitado*. - Lisboa: ed. Estampa, 1984, 2.ºvol., pp.158-174
- MECO, José, *Azulejaria no Concelho de Oeiras, O Palácio Pombal e a Casa da Pesca*. - Cadernos da Biblioteca Oeirense, 1982
- MECO, José Meco, "Azulejos da Vila e Concelho de Oeiras" in *1.º Encontro de História e Património - Diálogos de Verão 2006-2007*. - Oeiras: Espaço e Memória - Associação Cultural de Oeiras/Junta de Freguesia de Oeiras e São Julião da Barra, 2010, pp.39-59
- MIRANDA, Jorge, "Quinta do Taveira: Triunfo sobre o esquecimento" in *Jornal da Região - Oeiras*". - Oeiras, 25 de Novembro de 1999, p.7
- Património. Estudos* - Lisboa: IPPAR, n.º1, 2001
- QUEIRÓS, José, "Casas de Portugal, III - Oeiras" in *Terra Portuguesa: Revista Ilustrada de Arquitectura, Artística e Etnografia*. - N.ºs 31-32, Janeiro 1922, pp. 113-126
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *O Marquês de Pombal: O Homem; O Diplomata, e O Estadista*. - Lisboa/Oeiras/Pombal: Câmara Municipal de Lisboa/Oeiras/Pombal, 1982
- SILVA, Hélia, *Giovanni Grossi e a Evolução dos Estuques Decorativos no Portugal de Setecentos*. Tese de Mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. - Lisboa: 2005, 2vols.
- SIMÕES, J. Santos, *Azulejaria em Portugal no século XVIII*. - Lisboa: FCG, 1979